



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.544

Presidente da Mesa Diretora: Martins Lima Filho

Espécie: Projeto de Resolução

Categoria: Não votados ou não tramitados

Autoria: Daniel Dias da Silva

Data: 26/09/2023

Descrição Sumária: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/2023. (NÃO VOTADO).
Altera dispositivos da Resolução nº 39, de 03/09/1991, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 14.1 **Posição:** 51 **Número de folhas:** 06

Espécie: PR
Categoria: Não votado
Or: 14.1
Ordem: 51
nº qC: 04



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/2023

AUTOR:

Ver. Daniel Dias da Silva

ASSUNTO:

Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes
Claros – MG,

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 Entrada dia - 26/09/2023
- 3 Comissão Legislação e Justiça.
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

22-09



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG
GABINETE DO VEREADOR DANIEL DIAS

Projeto de Resolução nº 35 /2023



**ALTERA REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MONTES CLAROS - MG, RESOLUÇÃO Nº 39, DE 3 DE
SETEMBRO DE 1991.**

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, aprova, e seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Altera o inciso VI, do art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros-MG, Resolução nº 39, de 3 de Setembro de 1991.

VI – de Educação e Assistência Social;


Art. 2º – Altera o art. 73 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros-MG, Resolução nº 39, de 3 de Setembro de 1991.

Art. 73 – À Comissão de Educação e Assistência Social compete opinar acerca de assuntos relacionados com a área educacional, assistência social, proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros-MG, 26 de Setembro 2023.



Daniel Dias
Vereador - PCdoB



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 26 DE SETEMBRO DE 20 23

João
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

II - temporárias, as que extinguem com o término da legislatura, ou antes, dela, atingindo o fim para o qual forem criadas.

Art.62 - Os membros efetivos e suplentes das Comissões são nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal, por indicação dos Líderes de Bancada, observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, não sendo permitido ao vereador que estiver sem filiação partidária fazer indicação de membros, podendo, no entanto, ser indicado. (*Redação dada pela Resolução nº 13/2007*)

§ 1º. - Haverá tantos suplentes quantos forem os membros efetivos das Comissões Permanentes.

§ 2º. - O suplente substituirá o membro efetivo em suas faltas e impedimentos. (*Redação dada pela Resolução nº 03/2005*)

Art.63 - As Comissões da Câmara, permanentes ou temporárias, têm 3 (três) membros, salvo a de Representação, que se constitui com qualquer número.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art.64 - Durante a Sessão Legislativa funcionarão as seguintes Comissões Permanentes:

I - de Legislação, Justiça e Redação;

II - de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

III - de Serviços Públicos Municipais;

IV - de Denominação de Vias e Logradouros Públicos;

V - de Saúde;

VI - de Educação;

VII - de Segurança e Direitos Humanos;

VIII - de Licitações.

IX - de Ética Parlamentar.

X - Especial de Controle Interno da Câmara ~~*Instituída pela Resolução nº 60/2001- REVOGADO - Lei~~

XI - de Agricultura (*Instituída pela Resolução nº 05/2001*)

XII - Meio Ambiente (*Instituída pela Resolução nº 11/2005*)

XIII - Esporte (*Instituída pela Resolução 17/2005*)



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

XIV – Cultura e Turismo (Instituída Pela Resolução nº 07/2017)

XV- da Mulher. (Redação dada pela Resolução nº 06/2021)

Art.65 - A nomeação dos membros das Comissões Permanentes, far-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da primeira e da terceira Sessão Legislativa e prevalecerá por 02 (dois) anos, , sendo feita pelo Presidente, a título precário, a dos representantes das Bancadas que não se houverem manifestado dentro do prazo. *(Redação dada pela Resolução nº 19/2007)*

Art.66 - A nenhum vereador será permitido participar de mais de 3 (três) Comissões Permanentes, como membro efetivo.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art.67 - As comissões Permanentes têm por objetivo estudar e emitir pareceres sobre os assuntos submetidos a seu exame, servindo seus pareceres de base para as discussões e votações de proposições.

Art.68 - Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, após a juntada do parecer da Assessoria Legislativa da Câmara Municipal, manifestar-se sobre os assuntos submetidos a seu exame, quanto aos aspectos legal, constitucional e quanto à forma técnica de redação, cabendo-lhe ainda, de maneira específica, manifestar-se sobre representação, visando a perda de mandato e recursos à questão de ordem. *(Redação dada pela Resolução nº 33/2002)*

Art.69 - Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.

Art.70 - Compete à Comissão de Serviços Públicos Municipais manifestar-se sobre toda a matéria que envolva assuntos atinentes a obras e serviços públicos, inclusive aqueles que visem o desenvolvimento econômico e políticas sociais, submetidos à apreciação da Câmara. *(Redação dada pela Resolução nº 09/2005)*

Art.71 - Compete à Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos manifestar-se sobre todas as matérias atinentes à denominação de vias, logradouros públicos e próprios municipais.

Parágrafo Único - A assistência à Comissão para a redação definitiva dos projetos e proposições sujeitas à aprovação final do plenário, compete à Assessoria Legislativa. *(Redação dada pela Resolução nº 33/2002)*

Art.72 - Compete à Comissão de Saúde examinar e oferecer pareceres sobre matérias relacionadas com a saúde pública.

Art.73 - À Comissão de Educação compete opinar acerca de assuntos relacionados com a área educacional.

Art.74 - Compete à Comissão de Segurança e Direitos Humanos analisar e oferecer pareceres, bem como encaminhar providências que dizem respeito à segurança pública e aos direitos humanos. *(Redação dada pela Resolução nº 07/2005)*



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/2023 que “Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros”, de autoria do Vereador Daniel Dias da Silva.

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em comento visa alterar o nome da comissão de Educação, bem como, inserir as novas funções pretendidas.

A alteração pretendida é questão de interesse local e interno da Câmara Municipal.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Resolução é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura que submeto à superior apreciação.

Montes Claros/MG, 27 de setembro de 2023.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605

